

Nzinga Informativo: Redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro

FLAVIA RIOS

VIVIANE GONÇALVES FREITAS

RESUMO

■ Em um contexto de intensa mobilização em termos do imbricamento entre raça, gênero e classe nas mídias sociais do Brasil atual, parece oportuno trazer a público investigações que remontem às bases comunicacionais, sociais e organizacionais do feminismo negro brasileiro contemporâneo em vista de sua relevância histórica, cultural e política. Pouco conhecido da produção acadêmica sobre imprensa negra e sobre a imprensa feminista, porém presente na narrativa, memória e produção das intelectuais negras mais antigas, o *Nzinga Informativo*, publicado entre os anos de 1985 e 1989, é *locus* privilegiado para esse desafio, posto que revela a agenda das mulheres negras brasileiras em seu processo de formação política, no contexto da redemocratização do país. Dada a importância desse documento histórico, este artigo busca analisar como a luta dessas agentes sociais chegava às páginas do periódico, bem como as demais demandas feministas, antirracistas e populares daquele período crucial para a reconstrução da democracia brasileira.

ABSTRACT

■ In a context of intense mobilization in terms of the interrelation between race, gender and class in present-day Brazil, it seems appropriate to bring to the public investigations that trace the communication, social and organizational bases of Brazilian black feminism in view of their historical, cultural and political relevan-

ce. Little known about the academic production on the black press and on the feminist press, but present in the narrative, memory and production of the oldest black intellectuals, the *Nzinga Informativo*, published between 1985 and 1989, is a privileged *locus* for this challenge, since reveals the agenda of Brazilian black women in their process of political formation, in the context of the country's re-democratization. Given the importance of this historical document, this article seeks to analyze how the struggle of these social agents reached the pages of the journal, as well as the other feminist, antiracist and popular demands of that crucial period for the reconstruction of Brazilian democracy.

INTRODUÇÃO

■ O *Nzinga Informativo* veio a público em 1985, ano adotado oficialmente como sendo o do fim do regime militar, já que a Presidência da República – embora sem eleições diretas – passaria a ser comandada por um político civil, e não por integrantes das forças armadas, como vinha ocorrendo desde o golpe de 1964. Aquele era o ano da transição de regime político – do autoritarismo à democracia –, simbolizada pela mudança de governantes do posto mais elevado do Executivo Federal. O ano de 1985 foi também um marco decisivo para a institucionalização do feminismo brasileiro com a criação do Conselho Nacional da Mulher, ligado ao Ministério da Justiça (Santos, 2006). Além disso, para o movimento de mulheres global foi um ano singular, já que marcou o encerramento da chamada “Década da Mulher” com a Conferência de Nairóbi, ocorrida no Quênia, onde se destacou a expressiva participação de representantes de organizações não-governamentais (Ribeiro, 2008). Esse conclave mundial – assim como o Conselho Nacional – contou com a participação de Lélia Gonzalez (1935-1994) e Benedita da Silva (1942-), duas figuras fundamentais para compreensão do sentido e da articulação do feminismo negro brasileiro em sua formação civil e na sua representação parlamentar.

Durante toda essa década, as mulheres organizadas na esfera pública abriam diversos espaços para atuação política, seja na esfera estatal, seja na esfera civil ou transnacional. Na efervescente sociedade civil, o movimento de mulheres negras ganhava fôlego nas arenas dos ativismos negro e feminista, em suas formas mais ou menos institucionalizadas. Do período de abertura política até a primeira me-

1 As autoras agradecem às equipes do Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Centro Informação da Mulher (CIM), por disponibilizarem a coleção do *Nzinga Informativo*.

tade da década de 1980, os primeiros coletivos de mulheres negras autônomos emergiram na cena pública, especialmente no eixo Rio-São Paulo: Alquatune (1979), Luiza Mahin (1980), Grupo Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1982), Coletivo Mulheres Negras do Estado de São Paulo (1983), Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (1983), esta última seria a organização que fundaria aquele que talvez seja o primeiro periódico do feminismo negro no Brasil na esfera pública subalterna (Fraser, 1990), formada a partir da imprensa alternativa.

No campo das publicações acerca do tema da mulher negra – seja em termos de condições de vida, da cultura ou da organização política – foi publicado, em 1982, o artigo *A mulher negra na sociedade brasileira*, de Lélia Gonzalez, no livro *O lugar da Mulher*, editado no Rio de Janeiro, com trabalhos de várias feministas importantes no ciclo da redemocratização, entre as quais Jacqueline Pitanguy, que, mais tarde, assumiria a presidência do Conselho Nacional da Mulher. Três anos depois, o Conselho Estadual da Condição Feminina – criado na gestão Franco Montoro, em São Paulo – lançaria um livro dividido em duas partes: *A Mulher Negra*, escrita por Sueli Carneiro e Thereza Santos (1938-2012), e *Política Governamental e a Mulher*, de Albertina Costa. Essas atividades seriam expressivas das preocupações e da articulação do feminismo nos anos 1980, fosse na formação de redes políticas, fosse na produção de conhecimento, pautando a linguagem do feminismo na sociedade civil e na esfera do Estado (Rios, 2017). Tratava-se de uma *intelligentsia* feminista, que discutia diversos assuntos pertinentes à condição de desigualdades das mulheres brasileiras, bem como os enfrentamentos para o estabelecimento do feminismo no país e o horizonte da ação coletiva com vistas à construção de uma agenda política referente aos direitos das mulheres.

As formas de participação política dessas lideranças na sociedade civil eram diversas; o lema daquele momento era “organizar-se”. No jornal *Nêgo*, periódico da imprensa negra, publicado em Salvador, Bahia, desde 1981, pelo Movimento Negro Unificado (MNU), por exemplo, chamava seu público para o I Encontro Estadual de Mulheres Negras, que ocorreria nos dias 24 a 26 de outubro daquele ano². Em 1983, foi realizado, na capital fluminense, o I Encontro de Mulheres de Favela e da Periferia, e antes houve o Encontro Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Assim, foram vários encontros que aconteceram no decorrer da democratização até culminar no I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988, que teve a participação de mais de quatro centenas de mulheres originárias

2 *Jornal Nêgo*, n.11, pág. 3. Localizado no acervo da Fireston Library, em Princeton University, New Jersey, EUA.

das cinco regiões do Brasil, sendo que nem todas as participantes vinham de organizações declaradamente feministas. Joselina da Silva, uma das organizadoras do evento, ao descrevê-lo afirma:

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras foi resultado de uma ampla articulação em 18 estados da Federação, que congregou cerca de quatro centenas de mulheres na cidade de Valença (RJ) em dezembro de 1988. O conclave deu bases para uma extensa construção coletiva nacional. O sistema de participação era por representação, com delegadas eleitas nos respectivos estados. O processo de escolha deveria ocorrer por meio de uma reunião, seminário ou encontro público e com abrangência estadual. (Silva, 2014, p. 28).

Dos encontros nacionais aos transnacionais e vice-versa, houve a retroalimentação da mobilização política das mulheres negras no meio da luta feminista e antirracista, nos extratos médios e populares, ainda que as formas de organização ainda fossem pouco institucionalizadas naquela década, a se notar pelo uso dos termos *coletivo* ou *grupo* para se referir às formas organizacionais mais fluidas e horizontais – e, em termos econômicos, mais frágeis – das mulheres negras brasileiras. Ressalte-se, contudo, a relevância desses laços de solidariedade social, forjados pela identidade coletiva construída pela categoria política mulheres negras, que historicamente já se apresentava no final da década de 1970³. Porém, apenas no decorrer da década que marcou os anos dourados dos movimentos sociais brasileiros na era da democratização, tornou-se *movimento social* – entendido aqui como rede de solidariedade com objetivos políticos (Melucci, 1989).

A fim de enfatizar as dimensões raciais da opressão das mulheres, as feministas negras concentraram-se em temáticas como o controle da natalidade e da saúde reprodutiva. Uma preocupação importante era com as taxas de esterilização entre as mulheres pobres, que, em sua maioria, também eram negras, chamando a atenção para a tríplice opressão de raça, gênero e classe. Outro ponto que não era considerado pelo feminismo liberal referia-se à divisão racial do trabalho. Cadwell (2000, p. 99), citando Lélia Gonzalez e Luiza Bairros, frisa que “a liberação aparente de feministas brancas era relacionada à subordinação continuada de mulheres negras”.

3 É preciso notar que em outros momentos históricos de democratização do Brasil, registram-se mulheres negras em coletividades organizadas politicamente. A esse respeito, ver Schumacher; Brazil (2007);

A emergência do *Nzinga Informativo* só pode ser entendida nesse contexto de forte mobilização política da década de 1980 em favor da democratização das instituições e da cultura brasileira. Nesse sentido, trata-se de um periódico que aparece na cena pública no processo de formação do feminismo negro brasileiro, resultante do adensamento das redes feministas no âmbito regional, nacional e global, bem como das articulações e organizações dos movimentos negros e dos movimentos portadores do discurso de liberalização sexual no interior do campo progressista, atuantes no ciclo político da retomada da democracia no país.

Sob essa perspectiva, no presente artigo, analisaremos detidamente o *Nzinga Informativo* – talvez o primeiro periódico da história do feminismo negro brasileiro enquanto movimento autônomo –, inserindo-o em seu contexto histórico, político e na estrutura sociocultural do país. Para tanto, a estrutura deste artigo está dividida em quatro seções, sendo a primeira delas esta introdução, seguida de uma segunda seção voltada para a imprensa alternativa do período da abertura democrática, e, principalmente, da redemocratização, com destaque para a imprensa negra e feminista. Na sequência, por meio de análise de conteúdo, trabalharemos os principais temas e a linguagem do *Nzinga Informativo*, perfazendo, assim, as linhas da terceira seção do artigo. Por fim, na última seção, sublinharemos a relevância do *Nzinga Informativo* seja por seu valor histórico, seja pela atualidade de seus temas, que ainda parecem encontrar eco no debate público contemporâneo.

IN BETWEEN: IMPRENSA NEGRA E FEMINISTA

■ A imprensa alternativa é um dos *loci* privilegiados para realizar uma análise compreensiva das redes, as agendas e os temas dos movimentos sociais no Brasil. Entendida aqui como uma esfera pública alternativa, a miríade de jornais de diferentes matizes se fez notar como formas públicas de contestação à ditadura militar, mas também como espaços de articulação e visibilidade políticas durante a redemocratização do Brasil. Era uma produção de jornais ligados a movimentos sociais, sindicais, profissionais, culturais, educativos, a grupos religiosos, a associações de bairro, a vertentes partidárias entre outros. Certamente, a imprensa alternativa pode ser considerada um forte indicador da densa produção dos agentes civis desejosos da transformação social por vias democráticas. A esmagadora maioria dos periódicos tinha vida curta é fato, mas havia intensa solidariedade entre eles e, por isso, forte circulação de informação, referenciais, pessoas e formas de agir na política. Por essa razão, as mulheres negras não estavam completamen-

te ausentes nas representações e nas produções dessa imprensa, muito embora suas imagens fossem rarefeitas e suas vozes menos audíveis nesses meios.

Apesar de ser, em sua expressiva maioria, defensora da democracia, esse guarda-chuva ideológico não chegava a ofuscar a heterogeneidade dos periódicos, e trazia até perspectivas antagônicas quando se tratava de temas como machismo, racismo, feminismo, aborto, liberação sexual – para ficar na agenda relativa a essa investigação acadêmica. Para se ter uma ideia do quão díspares poderia ser a abordagem da imprensa alternativa a depender do periódico ou do colunista, nos anos 1970, época de maior produção e circulações desses jornais, um periódico como o *Bondinho*, dedicado à cultura, publicou uma longa reportagem, em 1971, sobre a atriz e ativista Thereza Santos, que quase uma década depois seria uma personagem importante para a conformação da pauta pública para as mulheres negras enquanto coletividade política organizada. Naquela ocasião, a reportagem “A Consciência Negra de Thereza Santos” abordava seu ativismo nas comunidades negras e de periferia da cidade de São Paulo e, sobretudo, seu engajamento e protagonismo na recondução do teatro negro na capital, por meio da peça *E agora falamos nós*, a qual dividia a autoria com Eduardo de Oliveira e Oliveira⁴. Do outro lado do espectro, era também possível encontrar um notável jornal satírico que tratou do racismo em uma de suas edições de 1978, em que trazia, na capa, a seguinte expressão referente a uma entrevista de Abdias do Nascimento: “os negros tomarão o poder no peito”. Abaixo da frase, vinha estampada uma imagem grotesca: uma mulher negra, supostamente mãe, seminua, com os “peitos de fora” e “pernas abertas”, sorrindo, com dois bebês negros nos braços, ambos simultaneamente sugavam cada um de seus seios. Enfim, uma montagem de chacota, com vista a forçar o contraste entre a fala do ativista e intelectual negro e a realidade nua e crua da população negra, em sua versão feminina e pobre⁵.

Alguns jornais, entretanto, não traziam os temas do racismo e sexismo de maneira caricata ou mesmo episódica. Esse era o caso do *Versus*, mídia de esquerda voltada para o tema da política e da cultura. Nele, em junho de 1977, apareceu o artigo Mulher Negra, de autoria de Neusa Santos, egressa do curso de jornalismo, não tinha laços com a rede feminista da época, mas fez sua voz ecoar de for-

4 Para o conhecimento mais detalhado de Eduardo de Oliveira e Oliveira, consultar o trabalho de Rafael Petry Trapp, intitulado *Elefante Negro: Eduardo Oliveira, raça e pensamento social* (São Paulo, década de 1970), História/UFF, 2018.

5 Ver *Pasquim*, 21/09/1978.

ma contundente num jornal com boa amplitude para aquele contexto⁶. Tratava-se de um jornal de esquerda, criativo esteticamente e com forte permeabilidade para projetar temas políticos não exclusivamente restritos a classes. Era aberto ao anticolonialismo e recebeu de forma positiva a participação de intelectuais negros e feministas⁷. Saíram das páginas de *Versus* importantes reportagens sobre o pensamento feminista de segunda onda e da nova geração do movimento negro brasileiro⁸. Do local de produção do jornal, emergiu o *Nós Mulheres* (1976-1978) e a Coluna Afro-latino-América (1977-1979), dois periódicos fundamentais para a compreensão do fenômeno da imprensa feminista e negra no Brasil durante o regime militar.

A questão da mulher negra também seria debatida em outros periódicos, como o O jornal carioca da imprensa negra *SINBA* (1977-1980), com forte teor anticolonial, com reportagem frequentes sobre eventos e processos políticos dos países africanos, além das referências biográficas a lideranças revolucionárias desses país. *SINBA* publicou, em 1977, o artigo “A omissão da Mulher Negra”, sem autoria definida, o qual cobrava atuação das mulheres negras no interior do movimento negro brasileiro, com participação e voz, “sem o paternalismo dos homens”⁹. Reflexões como essa passaram a ser bem frequentes nos demais periódicos da imprensa negra em todo o país, especialmente, à medida que o movimento mulheres negras ganhava força.

Da mesma forma, vemos esse tema aparecer e crescer na imprensa feminista e gay. O jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), em seu número 4, trouxe a cobertura do congresso feminista no Rio de Janeiro, em que destacava com riqueza de detalhes a participação e as reflexões das mulheres negras no que toca a sua experiência com o racismo, o classismo e eurocentrismo das mulheres brancas¹⁰. Já o periódico *Mulherio* (1981-1988), contou com participação de Lélia Gonzalez no conselho editorial, além de textos seus bem provocativos como “E a trabalha-

6 Ver o depoimento da autora em: <http://marcosfaerman.jor.br/8_NeusaPereira.html>. Consulta realizada em 07/10/2017.

7 Para mais detalhes sobre o jornal e seu vínculo com a imprensa negra, ver Rios, Flavia. Black and Red: o debate sobre raça e classe nas páginas do jornal socialista *Versus*. Lutas Sociais, São Paulo, v. 19 n. 34, p. 114-125, jan./jun. 2015.

8 Sobre o vínculo entre o *Nós Mulheres* e o jornal *Versus*, consultar o depoimento da jornalista Rachel Moreno, disponível em <http://marcosfaerman.jor.br/7_RachelMoreno.html>. Consulta realizada em 07/10/2017.

9 Trata-se do número n.1, Rio de Janeiro, p. 3. A reportagem também é citada num comentário de Suzete, do grupo Aqualtune, no *Nzinga Informativo*, n.3, fev./mar. 1986, p. 3.

10 Ver *Lampião da Esquina*, n. 11, abr. 1979. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>

dora negra, cumé que fica?”¹¹. Nesse cenário, em que se forma um novo regime de visibilidade das mulheres negras com vistas a superação de estereótipos coloniais e enfrentamento público das desigualdades nos círculos políticos mobilizados, é que emerge o *Nzinga Informativo*, ora sob análise¹².

NZINGA INFORMATIVO:

AS VOZES DE MULHERES NEGRAS NA IMPRENSA

■ Em sua edição inaugural, *Nzinga Informativo* apresentou-se como um jornal que tinha por objetivo “divulgar as questões específicas das mulheres negras”. Contudo, originalmente o jornal não visava como público apenas esse setor feminino e negro da sociedade¹³. Em sua capa de apresentação, informava:

É *nosso* propósito fazer desse espaço um veículo que alcance um número sempre maior de mulheres e homens, brancos e negros que estejam preocupados com as mesmas questões que esse informativo se propõe a abordar. (Apresentação, *Nzinga Informativo*, n. 1, jun. 1985, p. 1, grifo nosso).

11 Ver *Mulherio*, São Paulo, n. 7, maio/jun. 1982, p. 4.

12 De acordo com levantamento feito para elaboração deste artigo, foram identificadas seis autoras que trabalharam com o *Nzinga Informativo*, seja como fonte de dados históricos seja como objeto de pesquisa: Matilde Ribeiro (artigo *Mulheres negras brasileiras: de Bertiooga a Beijing*, Estudos Feministas, 1995, fonte); Rosaália de Oliveira Lemos (dissertação *Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro*, Mestrado em Psicologia, UFRJ, 1997, fonte); Elizabeth Cardoso (dissertação *Imprensa feminista brasileira pós-1974*, Mestrado em Ciências da Comunicação, USP, 2004, objeto de pesquisa); Elizabeth do Espírito Santo Viana (dissertação *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)*, Mestrado em História, UFRJ, 2006, fonte); Joselina da Silva (capítulo *I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980*, no livro *O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*, 2014, fonte); e Viviane Gonçalves Freitas (tese *De qual feminismo estamos falando? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, das décadas de 1970 a 2010*, Doutorado em Ciência Política, UnB, 2017, objeto de pesquisa).

13 Foram publicados cinco números do *Nzinga Informativo*: junho/1985, julho/1985, fevereiro-março/1986, julho-agosto/1988 e março/1989. Cada número tinha de seis a oito páginas, sendo que a maioria dos textos não era assinada. Entretanto, a edição n. 5 se difere das anteriores pelo tamanho – sendo publicada em 16 páginas – além de trazer a cobertura do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras (ocorrido em dezembro de 1988, em Valença, RJ), com textos-depoimento assinados por representantes de diversos coletivos de mulheres negras de vários estados brasileiros, o que demonstra a ramificação atingida pelo informativo e o diálogo existente entre os grupos em atuação naquele momento.

Longe do sectário político ou do exclusivismo identitário, *Nzinga Informativo* fora idealizado para se comunicar com setores amplos da sociedade, independentemente de cor ou raça e do gênero. Não era, portanto, um jornal de mulheres negras para mulheres negras, embora fossem elas as protagonistas no agendamento do que seria abordado pelo periódico e a partir de sua perspectiva¹⁴. Ao que parece, o veículo tinha firme intenção de tirar da invisibilidade pública a situação de subordinação das mulheres negras. Sendo assim, tão importante como dialogar com o público feminino e negro estaria o diálogo com o público masculino e branco. A particularidade seria o componente de ênfase às especificidades do segmento político norteador da identidade do jornal. O classismo também circundava as discussões do grupo – principalmente porque o coletivo foi formado a partir da associação de mulheres representantes dos movimentos negro, de bairros e de favelas. Entretanto, o grupo percebia que todas as mulheres negras, independentemente a qual classe socioeconômica pertencessem, eram discriminadas pelo racismo e pelo sexismo, por isso a ênfase nessa dupla opressão (Freitas, 2017).

O periódico foi criado pelo Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, grupo fundado dois anos antes da publicação. A fundação da organização, em 16 de junho de 1983, ocorreu em meio à efervescência da retomada dos movimentos sociais na arena pública brasileira dos anos 1980 e da aproximação entre os movimentos negro e de favelas. A Associação do Morro dos Cabritos, zona oeste do Rio de Janeiro, foi escolhida para sediar o coletivo, no momento em que se ampliava a intervenção dos grupos organizados de mulheres negras no cenário político nacional (Gonzalez, 1985). Em suas próprias palavras o Coletivo se definia assim:

Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro – a[s] questões do Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que

14 Embora seja provável que não tenha havido homens como redatores da publicação, devido à agenda proposta e a partir da formação do grupo responsável pela publicação do jornal, com sua identificação no expediente e relatos de algumas das participantes, houve, por duas vezes – nos números 1 e 5 –, a reprodução de trabalhos (poema e ilustração extraída de livro de sua autoria) de Oubi Inaê Kibuko (nome africano do escritor paulistano Aparecido Tadeu dos Santos).

passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS – e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele, mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral. (Editorial, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2).

O nome do coletivo vincula-se à preocupação em resgatar um passado histórico, homenageando a rainha africana homônima e sua luta para enfrentar o colonialismo português em Angola. Além disso, as referências simbólicas continuam nas cores da logomarca, que fazem alusão à cosmologia religiosa afro-brasileira e aos movimentos feministas: o amarelo de Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres. Segundo Gonzalez, o pássaro presente na logomarca significava a ancestralidade feminina, na tradição nagô (Gonzalez, 1985). O nome foi uma sugestão de Lélia Gonzalez, a primeira coordenadora do coletivo, a partir de pesquisas que realizou sobre a história das mulheres africanas e o poder exercido por elas (Viana, 2006).

Lemos (1997) destaca que o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras alcançou uma significativa expressão, chegando a outras partes do país. Em 1984, representantes do coletivo participaram do I Encontro de Mulheres Negras e da I Conferencia de la Mujer de las Américas, na Costa Rica, e do African-American Women's Political Caucus, em Baltimore-Maryland. Em 1986, foi a vez do Maranhão – estado com forte ativismo negro organizado em torno do Centro de Cultura Negra, organização criada em 1979 – convidar as militantes para apresentarem reflexões sobre o movimento de mulheres negras, na época, considerado em construção ou em consolidação nestes estados. Segundo a autora, foram importantes momentos de troca de experiências, uma vez que o grupo já desenvolvia atividades com o movimento de escolas e creches comunitárias, com o movimento negro, com o movimento feminista e com outros setores da sociedade. Aliás, tal experiência colaborou no fortalecimento da primeira organização feminista de mulheres negras em São Luís, o coletivo Mãe Andresa, que seria criado naquele mesmo ano e vigente, com forte atuação política, até os dias de hoje.

Para editar o seu jornal de título homônimo, o coletivo Nzinga valeu-se do financiamento que recebera da instituição estadunidense Global Ministries (agência especializada da United Methodist Church), por meio da aprovação do

projeto *História contemporânea das lutas das mulheres negras*¹⁵. Com esse projeto, o objetivo principal do jornal – a se notar pelo tom de seu primeiro editorial – era resgatar a história de participação política e social da mulher negra na sociedade brasileira, tendo como perspectiva a “articulação entre racismo e sexismo”¹⁶, mesmo com periodicidade bastante irregular e poucas edições, como se observa pelos meses de circulação das edições, característica comum à imprensa alternativa da época (Kucinski, 1991).

Na agenda política e cultural que o jornal divulgava a cada número, vinha uma lista de atividades relacionadas aos projetos e ideais desse ativismo político. Divulgava-se lançamentos de livros de destacados intelectuais negros e feministas, como o caso de Joel Rufino (1941-2015) e Rose Marie Muraro (1930-1914), respectivamente¹⁷; noticiava-se reuniões em organizações negras mais antigas, como o Instituto de Cultura Negra (IPCN), e também de coletivos mais jovens ou em processo de formação, especialmente no que toca à organização de coletivos de negras, como as da Baixada Santista ou mesmo as de São Luís do Maranhão, no nordeste brasileiro. Encontros e festas em casas culturais, que se tornaram celeiros dos símbolos relacionados à cultura negra e sua estética afropop, como é o caso do Renascença Clube, com seus lendários bailes *black*. Destaque-se a forte desconcentração territorial dos eventos divulgados: da Zona Sul à Zona Norte carioca, das universidades (Cândido Mendes, UERJ, UFF) e da Câmara dos Vereadores (especialmente por meio do mandato da vereadora Benedita da Silva) aos morros; das quadras de samba aos institutos religiosos católicos, passando pelos clubes recreativos e teatros.

Não era, no entanto, uma circulação restrita à cidade do Rio de Janeiro, somente na segunda edição do jornal, vários eventos fora da capital fluminense são noticiados, como a atuação do Movimento Negro Unificado (MNU) na Bahia, junto às “comunidades periféricas”; ou CECUN (Centro de Cultura Negra de Vitória, ES), ou mesmo as atividades nas periferias de São Paulo, organizadas pelo Instituto FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), que atuavam na formação de jovens e adultos por meio de atividades de “conscientização política”, ou mesmo a divulgação do jornal *Porantim*, que dava visibilidade à causa indígena, no Distrito Federal. Além disso, era a constante referência e

15 O coletivo Nzanga utilizou o aporte de US\$ 40 mil tanto para o jornal, como para outras atividades ligadas ao ativismo de mulheres negras.

16 Nas duas últimas edições, é ressaltada também a colaboração do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro.

17 Ver *Nzinga Informativo*, n. 2, 1985, p.6.

notícias sobre o continente africano nas edições dos jornais, seja quanto à cultura, às manifestações religiosas ou à política do *apartheid*¹⁸.

Os campos discursivos em termos êmicos eram: “a cultura negra”; “educação popular”, “o feminismo” e “discriminações e desigualdades raciais”, que podem ser entendidos, no sentido de Sader (1989), como matrizes discursivas enunciadas de diferentes lugares, sendo os centrais os terreiros de Candomblé e Umbanda, a Igreja Católica via a Teologia da Libertação, da universidade (via Ciências Humanas) e das organizações políticas feministas e negras, por meio dos movimentos e organizações políticas.

O caráter formativo e popular do *Nzinga Informativo* pode ser flagrado desde os territórios por onde suas ativistas vinham e circulavam, mas também pelo tipo de literatura divulgada pelo periódico. Na seção “Lendo e aprendendo”, as editoras lançavam mão dos materiais disponíveis para a formação política de seu público. Por esse viés, é possível conhecer, em partes, o tipo de produção que circulava no interior do ativismo e suas recomendações de leitura. Em geral, eram escritos mais acessíveis ao grande público; muitos eram (e alguns ainda são) temas-tabu, a exemplo dos livros da coleção Primeiros Passos – *O que é racismo*; *O que é feminismo* –; ou mesmo a circulação do texto mimeografado sobre o aborto.

Dos repertórios de ação, destacam-se os cursos de formação, as reuniões de coletivos, seminários, lançamentos de livros, as festas religiosas e os bailes negros. Toda essa diversidade de atividades é indicadora dos laços de solidariedade entre o ativismo em questão, mas também parece expressar o padrão mais geral das formas de agir e de lazer de integrantes dos movimentos sociais durante a redemocratização. É notável o forte empenho para o enraizamento social e as tentativas de capilarização do ativismo, o qual pode ser notado na multiplicidade de espaços e organizações por onde circulavam as ativistas do Nzinga.

O destaque no pensamento do grupo para essa dupla subjugação das mulheres negras era tamanho que um dos poucos textos assinados dos quatro primeiros números da publicação, e que ocupou duas páginas inteiras, foi o artigo *Racismo e machismo*, escrito por Pedrina de Deus, então membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, publicado no número 4, de julho/agosto de 1988. Os “aparelhos ideológicos do Estado”¹⁹ (escola, religião, família, meio de comunicação, entre outros), foram apontados como responsáveis por difundir a

18 Esse perfil pode ser encontrado também no jornal *Versus*, *SINBA*, *Nego*, *Tição* e *Jornal do Akomabu*, dentre outros jornais da imprensa negra.

19 Pedrina de Deus usa a expressão “aparelhos ideológicos do Estado”, em clara referência a Althusser, apesar de não mencionar o autor.

ideia de que a população seria explorada por ser incapaz de agir por seus próprios méritos, em razão de ser inferior aos brancos. O mito da democracia racial seria outra vertente dessa aculturação da população negra, em favor do padrão hegemônico. Às mulheres negras caberia o peso maior, já que a colonização racista as reduziu a “promotoras de prazer sexual e gastronômico do homem”. Além disso, a insuficiência salarial para que os homens trabalhadores arcassem com as despesas de subsistência fazia com que as mulheres assumissem o trabalho que o patrão não quisera pagar.

Porque nasceu mulher, a mulher negra já cresce numa situação de desvantagem em relação a qualquer outro membro da sociedade. Ela vai recebendo desde pequena a informação de que a servidão está na sua natureza de mulher e de negra. E, à medida que ela vai se convencendo de que sua posição é de dependência em relação ao homem e em relação aos brancos, ela se torna um ser passivo diante da sociedade. (Deus, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 4-5).

Essa reflexão de Pedrina de Deus vincula-se também aos sérios embates que as mulheres negras vivenciaram dentro do próprio movimento negro, no sentido de muitos ativistas entenderem que a força em favor da luta contra o racismo não poderia ser dividida com reivindicações específicas, como era o caso da agenda das mulheres negras. “Fora de nossas casas os homens negros pensam que a luta contra o racismo está avançando. Mas nenhuma luta avança quando uma parcela desse grupo estiver oprimida e explorada” (Deus, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 5). O racismo não terminará, portanto, enquanto as mulheres negras estiverem “passivas, escravizadas e ignorantes” – o que vale tanto para homens negros e brancos quanto para mulheres brancas.

É interessante perceber que a luta contra as diversas formas cotidianas de racismo, como ações policiais que incriminam e matam negros em sua maioria, colocações menosprezadas no mercado de trabalho e o mito do negro violento, atingem não apenas os homens negros, mas também as mulheres negras, que veem seus pais, irmãos, filhos, companheiros sendo humilhados pelo simples fato de terem nascido com a cor da pele não branca. Além disso, como o elemento dominador é branco e homem, a mulher negra é considerada duplamente inferior. O que se procura mostrar no jornal, portanto, é que o impedimento da ocupação de melhores posições no mercado de trabalho e, conseqüentemente, em meio à sociedade, de fato, se dá não por incapacidade devido à raça, mas, sim, pela restrição de acesso à educação formal e à saúde de qualidade. Dessa forma, estariam

expostos com mais frequência a doenças, à subnutrição, para que continuem sem forças para querer além da sobrevivência; à falta de moradia digna, que é destinada apenas aos que são os capacitados a ter no mercado melhores salários e melhores condições de consumo, o que os tornariam, novamente, mais cidadãos do que os demais.

A imagem das mulheres negras apenas como “instrumento de trabalho” (empregadas domésticas, serventes, babás, faxineiras etc.) ou como “instrumento de prazer” (as mulatas), “para saciar apetites, recalques e taras sexuais masculinas” (A Mulher..., *Nzinga Informativo*, n. 1, jun. 1985, p. 3) também estava entre as bandeiras combativas do coletivo. Em resposta a esses estereótipos atribuídos às mulheres negras e naturalizados pelo mito da democracia racial, a mesma edição do jornal reproduziu o poema *As mulheres da minha raça*, de Oubi Inaé Kibuko, publicado originalmente em *Cadernos Negros*²⁰, n. 5: “[...] As mulheres da minha raça/não são animais de carga/simples bestas selvagens/que após serem domadas marcadas/registradas e enjauladas/são transformadas em cadelas no cio [...]”. O poema, assim como a referência do texto anterior, traz para o debate a objetificação das mulheres negras, extremamente sexualizadas, que é mais um contraste com a agenda do feminismo do norte-global, branco, proprietário e heteronormativo, que busca retirar da mulher o estigma de donzela para o casamento, a qual, posteriormente, se tornaria a boa mãe.

Dessa forma, a justificação para a existência do periódico era a busca de um reconhecimento social da figura da mulher negra: ou seja, a luta por respeito e dignidade humana. Tratava-se de uma luta de caráter ambivalente, nos termos de Nancy Fraser (1995): envolvia tanto o problema do reconhecer-se enquanto sujeitas como de lutar por melhores condições materiais de vida. A primeira dimensão exemplifica-se no fragmento retirado do poema supracitado. No excerto, imagens violentas da experiência da escravidão e da dominação colonial servem para problematizar a desumanização (racismo) e a coisificação da mulher (sexismo), seja na forma de exploração laboral ou da satisfação sexual.

No sentido contrário à movimentação de mulheres negras, no Centenário da Abolição da Escravatura (1888-1988), entre os membros do movimento negro, que naquele momento era “reconhecido nacional e internacionalmente como força política emergente”, segundo elas, havia aqueles – sem citar nomes – que iam

20 *Cadernos Negros* é uma publicação periódica do movimento literário que busca a produção, circulação, distribuição e formação de público leitor da chamada literatura negra. Escritores e escritoras negras começaram suas carreiras escrevendo nesse periódico literário, que trabalha com poesia e contos.

a público com o propósito de menosprezar o discurso das mulheres negras, a fim de que não desenvolvessem “uma luta à parte”. O Nzinga acreditava que a defesa da tese de que a luta de classes era a questão prioritária – invisibilizando, assim, os problemas específicos das mulheres, dos negros, dos homossexuais e da ecologia²¹ –, consistia, fundamentalmente, na “manutenção da sociedade patriarcal, racista, machista e predatória da natureza”. Dessa forma, o coletivo entendia como imprescindíveis as organizações de mulheres a fim de que sensibilizassem setores nacionais para que fossem formuladas políticas públicas em prol da redução das desigualdades entre homens e mulheres: “[...] quanto mais organizadas as mulheres, maior o atendimento as suas reivindicações” (Editorial, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2).

Ao perceber a agenda das mulheres negras como uma agenda política, o coletivo entendia ser necessário, nos primeiros passos do país após a redemocratização, também haver uma mobilização da população negra para que seus direitos fossem incorporados ao debate constitucional, que começava a ganhar expressividade nos anos de 1985 e 1986. Utilizando-se de palavras simples e de tom didático, o editorial do número 3, de fevereiro/março de 1986, buscava ressaltar a importância de se refletir sobre a representação política na Constituinte²². Cabe ressaltar que o coletivo Nzinga não estava se referindo à mera presença representativa, mas também ao aspecto da representatividade²³, já que defendia que a presença de homens e mulheres negros nas decisões da reformulação constitucional. Elas entendiam que suas restrições e acesso desigual a oportunidades fossem consideradas na reformulação de um país que se pretendia redemocratizado, o que reforça o fato de a política institucional também ser um dos temas mais frequentes no periódico (Freitas, 2017). Desse modo, era importante que a parcela da população, distante dos meandros da política de gabinetes se sentisse responsável por fazer diferente, por contestar a reafirmação do pressuposto da supremacia da elite branca. Para aquelas mulheres negras, a Constituinte deveria ir muito além daquelas salas e

21 O debate sobre a ecologia citado no quarto número do jornal vincula-se, de certa maneira, à posição dos movimentos negros e pós-coloniais contemporâneos.

22 Principalmente pelo fato de, a princípio, não haver entre os indicados pelo presidente José Sarney (a “Comissão dos Notáveis”) nenhum representante da comunidade negra. Meses depois, esse fato foi “corrigido” com a entrada de Hélio Santos, então presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo.

23 Anne Phillips (2001) faz consideração semelhante ao destacar que, para que haja uma representação democrática de fato, é necessário que a população esteja representada nas casas legislativas tanto pelas ideias (agenda de reivindicação) quanto pela presença (pessoas pertencentes aos diversos grupos, raças, etnias, credos, classes, gêneros etc.) dos diferentes segmentos que compõem as sociedades.

corredores; deveria ser discutida em todos os lugares – “em casa, no trabalho, na escola, no samba, no pagode”.

A participação política da qual falava o Nzinga não se limitava às fronteiras nacionais. Foi com base no vínculo histórico-cultural com o continente africano e na compreensão de que o rastro de opressão deixado pelo racismo e pelo sexismo ultrapassam limites geográficos que o grupo dedicou toda a segunda edição, de julho de 1985, em apoio ao povo negro sul-africano, que sofria o *apartheid* (O Nzinga..., *Nzinga Informativo*, n. 2, jul. 1985, p. 3). Nas páginas do informativo, chamava-se à reflexão sobre o genocídio da população negra na África do Sul, devido à supremacia da minoria branca daquele país. Além disso, as mulheres, as maiores vítimas pela tripla opressão, também eram as que mais sofriam com a política segregacionista. Como salienta Freitas (2017), ao mesmo tempo em que critica e apresenta os absurdos cometidos contra os direitos humanos na África do Sul, a publicação ressalta a necessidade de se atentar para a opressão sofrida pelas mulheres, principalmente as negras, em lugares distintos do planeta.

O Nzinga compreendia que, para as sul-africanas, era a “divisão capitalista do trabalho” que relegava às mulheres negras “o único direito de reproduzir a mão de obra africana, aquela utilizada pela economia oficial para fazer a África do Sul a potência econômica que é [era]”, com a riqueza concentrada nas mãos da minoria branca. No caso das brasileiras, o jornal entendia que era a divisão sexual e racial do trabalho que abria as portas do mercado para as mulheres negras atuarem como babás, cozinheiras, empregadas domésticas, passadeiras – de preferência, escondidas e com baixa remuneração –, enquanto outras mulheres (brancas) e homens (brancos), mercadologicamente qualificados, ocupavam as melhores posições no mundo público.

O questionamento do coletivo e do jornal, consequentemente, sobre a divisão sexual do trabalho e as outras opressões sofridas pelas mulheres é pautado na percepção de que tudo que foi ensinado às mulheres como natural da condição feminina é resultado de fatores socioculturais que deveriam, portanto, ser entendidos como questões de natureza política. A percepção de fatores como agressões e estupros sofridos maciçamente, mortes de milhões de mulheres pobres em decorrência de abortos improvisados, menor remuneração delas e os homens serem considerados por leis como chefes das famílias – mesmo em países com mais de 50% dos lares tendo as mulheres como provedoras – fez com que surgissem os processos de organização e tomada de decisão das mulheres sobre seus problemas específicos. Segundo o coletivo carioca, o que estava em discussão de fato era o espaço no qual cada grupo desejava atuar.

Autoras como Hazel Carby (2012) e Angela Davis (2016) destacam que o protagonismo das mulheres negras em suas comunidades africanas nada se assemelhava à subjugação que são submetidas desde os tempos coloniais nas novas terras para onde foram levadas ou nasceram como descendentes africanas. Assim, personagens como a rainha angolana Nzinga, as ativistas sul-africanas contra o *apartheid* Winnie e Zinzi Mandela e a então vereadora do Rio de Janeiro Benedita da Silva são apresentadas no jornal, por meio de suas histórias de vida, como “mulheres negras e guerreiras”, porque essa era a forma como esse pensamento político rejeitava representações da fragilidade como constitutivas do feminino. Cabe ressaltar também que o sentido de “família” que perpassa os textos do periódico não está apenas atrelado ao núcleo composto por genitores e filhos, mas a um sentido ampliado – “sua gente”²⁴.

Assim, um dos legados das discussões empreendidas pelo Coletivo e Jornal Nzinga foi mostrar o pensamento político do feminismo negro em sua formação, e seu entendimento de que a busca por direitos não se restringe à opressão de gênero, até porque é substantiva a opressão entre as próprias mulheres. Portanto,, o *Nzinga Informativo* deixa uma reflexão importante quanto ao respeito e à valorização das diferentes vivências entre as mulheres, marcadas por desigualdades históricas de natureza racial e de classe. Sendo o enfrentamento dessas desigualdades articuladas condição para a garantia da cidadania plena em uma democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

■ Essa investigação acompanha os esforços voltados para a compreensão da trajetória, do pensamento e das formas organizacionais do feminismo negro brasileiro, seguindo, assim, a produção de autoras como Roland (2000), Carneiro (2003), Caldwell (2007), entre outras. No que se refere às análises sobre imprensa negra e feminista, percebemos que quase sempre acompanham ou os estudos gênero, em sua vertente sobre a análise do feminismo, ou os estudos sobre relações raciais, que abordam a imprensa negra e a mobilização do ativismo negro. No Brasil, são dois campos de estudos que andam em linhas paralelas, com raríssimos pontos de diálogo. O estudo do *Nzinga Informativo* demanda outras rotas analíticas, mais afeitas à complexidade da vida social. Foi preciso andar no entremeio,

24 O que pode ser localizado na narrativa do periódico sobre a memória coletiva sobre a Rainha Nzinga. Ver (Mulheres..., *Nzinga Informativo*, n. 1, jun. 1985, p. 3).

nas vias abertas entre os feminismos e o antirracismo, de onde se fez emergir o feminismo negro como organização política e autônoma no Brasil.

É fato que o tema das mulheres negras já aparecia nos periódicos da imprensa alternativa, quando estas estavam inseridas nas organizações semi-clandestinas de esquerda, do movimento negro, feministas e nas eclesiais de base, nas organizações partidárias, associações de bairro e de favelas, além das redações da imprensa alternativa. Contudo, as reportagens e produções sobre ou dessas mulheres ainda carecem de sistematização e investigação mais aprofundada. Para efeito deste trabalho, procuramos contextualizar e mostrar o campo discursivo sobre o qual emergia e se movia o tema das mulheres negras nos círculos mais politizados, antes e durante o aparecimento do periódico analisado.

No que se refere particularmente ao *Nzinga Informativo*, o discurso que constitui a identidade coletiva do periódico aparece para nomear uma perspectiva de mundo orientada por uma posição sócio-histórica com vistas à superação de uma inferioridade internalizada pela condição racial e sexual, que teria gerado uma rígida desigualdade de classe. Essa inferiorização era entendida como legado duradouro da estrutura de relações coloniais, sendo uma interpretação resultante da leitura fanoniana, marcante na vertente desse pensamento negro e feminista. Para as editoras do jornal, as particularidades das mulheres negras referem-se a seu modo de vida: suas formas de sentir, pensar e perceber a realidade social. Portanto, não se trata de defender um ponto de vista baseado exclusivamente na diferença, mas sobretudo nas desigualdades que geraram as diferenciações e hierarquizações sociais.

O coletivo colocava-se em defesa das mulheres negras, na conquista de seus direitos, numa perspectiva democrática e visando à justiça social, a fim de colaborar para que a realidade delas se transformasse. Para tal, o informativo apresentava-se como um veículo de divulgação da luta das mulheres negras entre os diferentes movimentos sociais, buscando articular cada vez mais as próprias organizações de mulheres negras e os demais segmentos da sociedade, no intuito de fortalecer a mobilização quanto aos problemas sociais e políticos do país. Além do sexismo, a luta contra a discriminação racial, justificava uma ação coletiva com diretrizes distintas da agenda feminista das mulheres brancas²⁵. A importância da organização do movimento de mulheres negras sob outras vertentes que não as do feminismo eurocêntrico, branco, liberal e heteronormativo foi recorrente em

25 O que é o Nzinga?, *Nzinga Informativo*, n. 1, jun. 1985, p. 2.

todas edições da publicação, visto que também era o direcionamento que conduzia o próprio coletivo.

Em suma, num contexto de intensa mobilização em termos do imbricamento entre raça, gênero e classe na atualidade, parece oportuno trazer a público investigações que remontem às bases sociais, comunicacionais e organizacionais do feminismo negro brasileiro contemporâneo em vista da sua relevância histórica, cultural e política. Ademais, parece pertinente se deter com mais vagar nessa tradição do pensamento político em sua feição pública e fortemente organizada como experiência, de base social e popular, envolvida e comprometida com valores e concepções democráticas inclusivas no Brasil.

FLAVIA RIOS · Professora de Sociologia da Universidade Federal Fluminense.

VIVIANE GONÇALVES Freitas · Pós-doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (PDJ/CNPq). Doutora em Ciência Política (UnB). Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê/IPOL/UnB), do Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (DCP/UFMG) e da Rede de Pesquisas em Feminismos e Política. A pesquisa de doutoramento, ponto de partida deste artigo, foi desenvolvida com bolsa Demanda Social, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de 2013 a 2017, no Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Flávia Biroli.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91-109, 2000.
- CALDWELL, Kia Lilly. Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil. *Gênero*, Niterói, v. 8, n. 1, p. 53-69, 2. sem. 2007.
- CARBY, Hazel V. Mujeres blancas, ¡escuchad! El feminismo negro y los límites de la hermandad femenina. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). *Feminismos negros: una analogía*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 209-243.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.
- CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza; COSTA, Albertina G. de Oliveira. *Mulher Negra/ Política Governamental e a Mulher*. São Paulo: Nobel; Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRASER, Nancy. Recognition or redistribution? A critical Reading of Iris Young's *Justice and the politics of difference*. *The Journal of Political Philosophy*, v. 3, n. 3, p. 166-180, 1995.
- FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, n. 25/26, p. 56-80, 1990.
- FREITAS, Viviane Gonçalves. *De qual feminismo estamos falando? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010*. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Brasília.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (ed.). *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. *Afrodíspora*, Brasília, v. 6 e 7, n. 19, p. 94-106, 1985.
- KUCINSKI, B. (1991). *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo, Ed. página aberta.
- LEMO, Rosália de Oliveira. *Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro.
- RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 987-1004, 2008.
- RIOS, Flávia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017. p. 227-253.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo. Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Yumi Garcia dos Santos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, jul./dez. 2006.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SILVA, da Joselina. I encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas na década de 1980. In: SILVA, Joselina. PEREIRA, Amauri Mendes (Org.). *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 13-39.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)*. 2006. Dissertação de Mestrado em História/UERJ.